



O VERBO NA FRASE E NO DISCURSO (THE VERB IN THE SENTENCE AND IN THE DISCOURSE)

Paulo de Tarso GALEMBECK (UNESP/ Araraquara e UEL) (Coord.)
Beatriz Nunes de Oliveira LONGO (UNESP p/ Araraquara)
Adriano CHAN (G–UNESP/Araraquara; bolsista CAPES/PET)
Camila da Silva ALAVARCE (G–UNESP/ Araraquara; bolsista FAPESP/IC)
Juliana Bertuci BARBOSA (G–UNESP) Araraquara; bolsista CNP/PIBIC)

ABSTRACT: This text comprehends three papers on verbs according to different theoretical approaches. The first paper discusses the presence of Simple Future forms in formal oral texts and its absence in colloquial language. The second paper points at the imperative as a specialization of indicative and subjunctive tenses. The last paper exposes the role of verb in The valency Grammar.

KEYWORDS: *Verbs; Phrase; Discourse.*

0. Introdução

O Preliminares

Os trabalhos reunidos neste artigo tratam do verbo em diferentes níveis de análise (na frase e no discurso), de acordo com diferentes teorias e modelos de análise. O primeiro texto (“As formas futurizadas no português contemporâneo”, de B.N.º Longo e J.B. Barbosa) discute o emprego do futuro na linguagem formal, em operação com o desaparecimento desse tempo em situações distensas. Em “O caso do imperativo”, A. Chan mostra que esse modo constitui um emprego de formas do indicativo e do subjuntivo em situações específicas. O terceiro trabalho, elaborado pelo coordenador do artigo e C.S. Alavarce, trata do papel do verbo na caracterização de actantes e circunstâncias, no modelo da gramática de Valências.

Com esses três trabalhos, busca evidências a riqueza de enfoques a partir dos quais podiam ser estudadas o verbo e os elementos que não há exclusão entre as diferentes teorias, uma vez que todas elas ajudam a compreender o papel dos elementos lingüísticos na estruturação ao discurso.

1. As formas futurizadas no português contemporâneo

Estudos recentes acerca do português têm demonstrado que as formas de futuro simples (flexionado) estão em vias de desaparecimento. Silva (1997) estudou as formas futurizadas em um corpus variados (elocuições formais do Projeto NURC, conversas



telefônicas, um diálogo interativo, entrevistas, programas de rádio e TV), representativo do português falado no Brasil.

Na análise do *cópus*, Silva verificou que as formas futurizadas perifrásticas e de presente com valor de futuro são as mais frequentes no português falado. Segundo ele, a forma *ir + infinitivo* contém uma noção prospectiva amalgamada à de relevância do presente e estabelece um valor de posterioridade de natureza mais psicológica que cronológica. Já o uso do presente do indicativo vincula-se a uma dependência do futuro em relação a um fato presente.

O futuro do presente simples revelou produtividade quase nula, o que levou Silva a rastrear as formas em *-re / -ra* nos noticiários de TV e no programa radiofônico *A Voz do Brasil*. Foram levantadas as ocorrências nos discursos de políticos e de juizes, que o citado A. julgava não estarem lendo os textos no momento da fala.

Os resultados do estudo levaram à conclusão de que o contexto de ocorrência das formas sintéticas caracteriza-se pela formalidade e injunção (prescrição de comportamentos). Segundo Silva, a forma sintética do futuro é formulaica: ela rompe com o presente, apresentando-se como psicologicamente neutra, distante e imparcial.

Tendo em vista a sugestão de Silva de que a tipologia textual e a sobreposição de valores modais poderiam atuar como condicionantes de diferentes formas de futuro, foi montado um *cópus* de textos oratórios (nove discursos de políticos e intelectuais), já que a literatura oratória representa o grau máximo de formalidade.

Os dados da oratória aparentemente contrapuseram-se aos da língua falada, ao menos em termos quantitativos. Foram encontrados os seguintes meios de expressão do futuro:

Futuro do Presente Simples – 240 ocorrências
Futuro do Pretérito Simples – 88 ocorrências
Futuro do Presente com *ir* – 2 ocorrências
Presente Simples – 2 ocorrências
Total de formas futurizadas – 332 ocorrências

Destas ocorrências três referem-se a citações dentro dos textos pesquisados. Por exemplo, em (1), temos:

(1) *Vou para a planície, mas não vou para casa. Vou morrer fardado, não de pijama.*

Nesse trecho, o senador Pedro Simon usa, em seu discurso, uma frase de Ulisses Guimarães.



Como se vê, formas de presente com valor de futuro só ocorreram nessa citação e as formas de futuro perifrástico não apresentam índice significativo de ocorrências; uma também apareceu na citação em (1) e a outra em discurso do senador Mauro Benevides.

A nosso ver, uma série de fatores poderiam explicar os resultados a que chegamos:

(i) linguagem conservadora – segundo Borba et al. (1990: 1363), é na linguagem oratória que se apresenta, *com mais força e persistência, a norma pedagógica tradicional, isto é, a vinculação com o padrão documental da língua escrita em outros períodos da nossa história. É o gênero em que mais se evidencia a disciplina imposta pela gramática (...)*. Vários estudos atestam que o português falado estaria em processo de mudança, com perda de sufixos e flexões e gramaticalização de auxiliares. Por outro lado, o caráter conservador da modalidade oratória e a sua resistência à mudança já foi comprovado por Borba et al.

(ii) Grau de formalidade – Silva (1997) salientou que as formas futurizadas são mais usadas na fala informal e espontânea, enquanto as de Futuro do Presente ocorreram em contextos restritos, em situações formais de discurso injuntivo, que se aproxima do pólo da escrita e da norma gramatical. Como a linguagem oratória se caracteriza por alto grau de formalidade, é de se supor que favoreça as formas sintéticas.

(iii) Tipologia textual – nos textos analisados, a atitude do falante é predominantemente comentadora em discursos argumentativos e diretivos, e a perspectiva textual é prospectiva, o que favorece o uso do futuro. Ex:

(2) *Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado sem demora e sem trêgua.*

(3) *O Brasil tratará de ampliar e multiplicar as vias de entendimento e cooperação.*

(iv) modalização – os discursos estudados caracterizam-se por veicularem as modalidades da certeza e da intenção, além de modalidades deônticas e expressão de hipóteses. A opção pela forma flexionada de futuro parece Ter sido feita justamente para enfatizar a atitude prospectiva e um certo grau de distanciamento do falante em relação ao anunciado e ao ouvinte. É o que se pode perceber em exemplos como:

(4) *Jogarei tudo contra a inflação*



(5) *As opções que teremos que fazer pedem muito mais do que a elaboração de pausas doplomáticas bem formuladas*

Outro fato interessante revelado pelos dados, e que não pode ser desprezado na análise, é a alta freqüência da primeira pessoa. Se considerarmos as ocorrências de singular e plural (107/332 ou 32%), teremos uma freqüência significativa, o que não é típicos dos textos escritos. A segunda pessoa, porém, teve rendimento quase nulo, com duas ocorrências em citações. Isso mostra que mesmo em contextos altamente formais e conservadores esta forma não é utilizada.

Conclui-se então que, embora em termos quantitativos os resultados da pesquisa sobre a linguagem oratória vão de encontro aos de Mota, para a linguagem escrita, e aos de Silva, para a falada, a análise qualitativa confirma as hipóteses aventadas por este último. Na oratória, utiliza-se o futuro sintético para conferir ao discurso um tom de solenidade, ou até mesmo de majestade, sinalizando o teor diretivo e formulaico desse tipo de texto.

2. O caso do Imperativo

Ao contrário do que afirmam as gramáticas tradicionais, o modo imperativo não se define como a postura de certeza ou incerteza em face do que se diz. Na verdade, esse modo constitui como a configuração sintática do verbo: o modo indicativo determina frases independentes, ao passo que o subjuntivo define-se por frases subordinadas. De acordo com essa concepção, o imperativo não se confirma como modo, pois a sua natureza não é de ordem sintática, mas de ordem discursiva e semântica.

O papel semântico – discursivo exercido pelo imperativo evidencia-se pelos seguintes aspectos: situacionalidade (o imperativo só pode ser compreendido dentro de um contexto – situação específica); expressão da ordem ou pedido; a formalização morfológica de um tu/ você/ nós/ vocês (geralmente implícito). A situacionalidade é o contexto discursivo em que o enunciado é atualizado; a expressão da ordem em pedido é a caracterização elementar e basilar do aspecto semântico – discursivo do imperativo; o imperativo realiza-se por meio de traços morfológicos que se refere a um enunciatário, ou indicam que o destinatário está diretamente implicado pela ordem ou pedido.

O imperativo constitui, na realidade, uma especialização dos modos subjuntivo e indicativo. Basta observar que, na língua falada, ambos esses modos são usados indistintamente:

1-) Faça-me o favor de se calar.

2-) Faz-me o favor de se calar.



De acordo com a norma gramatical, faça refere-se a você (ou a o senhor), enquanto faz propõe o tratamento tu. No entanto, na língua falada essa oposição se neutraliza: faz é comumente empregado com o tratamento você.

Entre os modos indicativo e subjuntivo, a diferença situa-se nos planos semântico e sintático. O primeiro expressa a ordem de uma maneira mais explícita e direta, organizando-se sintaticamente com mais independência; já no subjuntivo, a ordem é indireta (menos marcada, pois), já que está explícita a subordinação a um verbo de pedido:

(2 a) Gostaria que você me fizesse o favor de se calar.

Além do aspecto semântico – discursivo, é preciso lembrar que o imperativo constitui um afinilamento temporal dos presentes do indicativo e do subjuntivo, ambos tempos de eixo dêitico zero (atemporais). No caso do imperativo, a temporalidade refere-se a um futuro próximo, que aponta para o momento em que a ordem será cumprida.

Cabe distinguir, a esse respeito, as noções de tempo verbal (morfológico) e tempo semântico. Os tempos morfológicos constituem caracterizações do conceito token, como tal entendida a estrutura drástica lógica de primeira ordem. Trata-se de uma construção mental de uma estrutura interna elaborada potencialmente, a qual pode ser projetada em uma unidade cognitiva, pois se localiza em categorias ontológicas no caso do tempo verbal, o eixo temporal e a sucessão dos acontecimentos.

O tempo semântico, por sua vez relaciona-se ao concerto type. Esse concerto consiste em informações que o organismo cria para armazenar uma dada categoria apreendida a qual pode ser caracterizada como uma categoria outológica. Ora, o imperativo insere –se na dimensão do concerto type, pois não é uma simples categoria relacionada com o tempo histórico, mas um uso derivado dessa categoria.

3. O verbo e os termos da oração

Quando se pretende estudar o desenvolvimento da teoria da valência, é importante tomar como ponto de partida o modelo actancial, desenvolvido por Tesnière (1965), linguista francês que estabeleceu o modelo actancial. Segundo esse modelo, a frase pode ser comparada a uma pequena cena, cujo centro é o verbo. Em torno do verbo. Em torno do verbo gravitam os “atores” (actantes), que exercem os papéis temáticos (sêmanticos): agente receptor, paciente, instrumental, etc.

O modelo proposto por Tesnière possui muitos pontos positivos, e particularmente a centralidade do verbo na frase, a superação da divisão binária da sentença em sujeito e predicado (tornando o sujeito um termo equiparado a os demais



actantes) e consideração de a frase constitui uma estrutura hierárquica (não uma cadeia linear), o que proporciona maior clareza na determinação das relações de dependência entre os elementos .

O modelo da gramática de valências também coloca o verbo como o centro da frase e admite que em torno dele situam –se os argumentos (actantes Primário e Secundário) e os circunstantes. A valência de um verbo é determinada pelo número de argumentos primários que dele dependeu (de zero a quatro).

A distinção entre argumentos e circunstantes secundários baseia-se em um critério simples : a supressão dos argumentos tona a frase agramatical, já que eles são obrigatórios; o mesmo, porém, não ocorre com os actantes. Vejam-se os exemplos a seguir:

1-) Pedro constrói um escorregador para seus netos;

2-) Pedro deu um escorregador para seus netos.

No primeiro caso, o termo para seus netos pode ser suprimido, (“Pedro constrói um escorregador”), já que o verbo construir emprega-se com apenas dois argumentos (“Uma pessoa constrói algo”). Nesse exemplo, para seus netos constitui um actante, pois não está ligado à violência verbal.

Já no primeiro exemplo, a expressão sublinhada não pode ser suprimida (“Pedro deu um escorregador”), já que dar implica três casas vazias (“Uma pessoa dá alguma coisa a alguém”). Em (2) tem-se, então, um argumento primário.

Distinção entre argumentos e actantes é aparentemente simples. Ocorre, porém, que, de acordo com Vilela e Busse (1986), a reparação entre actantes e circunstantes, ou entre complementos do verbo e complementos da frase ““põem sérios problemas”. Esses Autores propõem, então, alguns processos por meio dos quais a referida distinção pode ser feita; entre eles, são mencionadas a interrogação, a pronominalização e a reformulação por um pró-verbo.

Quanto à interrogação, pode se dizer que ela é usada não apenas para a identificação do sujeito (que, em geral, não acarreta qualquer problema, mas também para estabelecer a função dos demais membros frásicos).

Assim, é possível identificar o objeto direto por meio das perguntas: o que (é que) + Ar + V?; quem (é que) + Ar + V (1). Conforme explicam Vilela e Busse, a interrogação vem complementada pela pronominalização:

1 (a) O Pedro viu o acidente.



(b) O que (é que) o Pedro viu? (interrogação)

(c) Pedro viu - o. (pronominalização)

Quando esses dois processos são aplicados numa sentença e a frase resultante não é uma oração agramatical, diz-se que o termo em relevo (o acidente) é um actante, pois pode ser pronominalizado. Além disso, o critério da pronominalização permite identificar actantes e circunstantes em frases cujas estruturas são aparentemente harmónicas:

2 (a) O carpinteiro trabalha a madeira.

(b) O carpinteiro trabalha-a.

3 (a) O carpinteiro trabalha todo o dia.

* O carpinteiro trabalha-o.

A madeira pode ser pronominalizado e é, pois, um argumento. O mesmo não ocorre com todo o dia, expressão que é circunstante de tempo.

É preciso salientar, porém, que o “mecanismo” da pronominalização nem sempre permite diferenciar os actantes dos circunstantes.

4(a) Cecília doou cobertores para os carentes.

(b) Cecília doou-lhes cobertores.

(c) Cecília doou cobertores para eles.

5(a) Cecília comprou cobertores para os carentes.

(b) Cecília comprou-lhes cobertores.

(c) Cecília comprou cobertores para eles.

Verifica-se, a esse respeito, que tanto os argumentos primários(4(a)), como os secundários (5(a)).

Outro critério utilizado pela Gramática de Valências para a caracterização dos actantes primários e secundários é o isolamento dos componentes em questão para meio de um pró-verbo (fazer, acontecer, entre outros). Serão retomados, para a explicação, os exemplos (4) e (5):



4(a) Cecília doou cobertores para os carentes.

(b) Cecília doou cobertores e fê-lo para os carentes.

5(a) Cecília comprou cobertores para os carentes.

(b) Cecília comprou cobertores e fê-lo para os carentes.

Como já foi visto, na frase (4) o termo para os carentes constitui um actante, enquanto na frase (5) ele é um circunstante. Verifica-se, então, que, com os actantes, o resultado de transformação é uma frase agramatical, ao contrário do que ocorre com as circunstantes, em que a frase resultante da transformação é gramatical.

A explicação para esse fato é dada por Vilela e Busse (op. cit.), segundo os quais “o critério da reformulação por um pró-verbo mostra que a relação dos circunstantes com o verbo e seus actantes é de natureza coordenativa”. Isso quer dizer que, quando há circunstante, a frase reformulada por um pró-verbo continua gramatical, pois o circunstante não mantém uma relação hierárquica com o actante.

RESUMO: Este texto apresenta três trabalhos acerca dos verbos de acordo com diferentes posturas teóricas. O primeiro desses trabalhos discute a presença de formas do futuro simples em textos oratórios e a sua ausência em textos coloquiais. O segundo apresenta o imperativo como uma especialização de uso dos modos indicativo e subjuntivo. O terceiro trabalho expõe o papel do verbo na Gramática de Valências.

PALAVRAS-CHAVE: Verbos; Frases; Discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORBA, F.S. et alii *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: EDUNESP, 1990.
- HANISC H, M. *As preposições regidas por verbo em alemão e português*. Tese (doutorado) apresentada ao Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação – UNESP – Câmpus de Araraquara, 1992.
- SILVA, A. F. *A expressão da futuridade na língua falafa*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 1997.
- TESNIÈRE, L. *Eléments de syntaxe structurale*, 2. Ed. Paris: Klincksieck.
- VILELA, M. e BUSSE, W. (1996) *Gramática de valências*. Coimbra: Almedina, 1965.